

Joana Colussi **INTERINA**  
joana.colussi@zerohora.com.br

## APOIO AO PACOTE SEM RESTRIÇÕES, AO MENOS POR ORA

**A**o manifestar pela primeira vez apoio sem restrições ao pacote de Sartori, entidades empresariais gaúchas não descartam a possibilidade de tentar alterar pontos sensíveis mais tarde – como a redução dos incentivos fiscais –, após a aprovação das medidas. Até então, defendiam a necessidade de mudanças estruturais, mas com ressalvas. Dispostos agora a mobilizar os deputados pela aprovação dos projetos, os empresários garantem que a defesa não foi negociada com o governo como moeda de troca – para eventual manutenção da atual carga tributária.

Um dos pontos mais sensíveis ao empresário do pacote proposto pelo Piratini é a possível redução de até 30% da concessão de benefícios fiscais.

– Se alguma medida tirar a competitividade de setores importantes, como leite e carnes por exemplo, vamos tentar negociar. Corremos o risco de não conseguir reverter, mas estamos cientes disso – disse Gedeão Pereira, vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul).

Na sede da entidade, os empresários apresentaram ontem pesquisa de percepção da população gaúcha sobre o pacote do governo. Com discurso afinado, federações da agricultura, da indústria, do comércio e de serviços abraçaram a integralidade do projeto como forma de diminuir o tamanho do Estado.

– Sabemos que não resolve todos os problemas, mas é um caminho para começar a mudar o cenário – disse Luiz Carlos Bohn, presidente da Fecomércio-RS.

O posicionamento das entidades empresariais foi reforçado pelos dados trazidos pela pesquisa que, entre outros pontos, indica que 72% dos entrevistados concordam com as medidas propostas pelo Piratini. O levantamento, porém, não se ateve a medidas específicas, apenas a questões macroeconômicas (leia na página 9).

– O resultado vem ao encontro do pensamento empresarial. Queremos ter um megastado em saúde, segurança e educação – disse o vice-presidente da Farsul.

**A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUEIJO ARTESANAL SERRANO PRODUZIDO EM 16 MUNICÍPIOS DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA FOI LEGALIZADA EM PROJETO APROVADO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. EM 2010, PORTARIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, NA ÉPOCA SOB COMANDO DE GILMAR TIETBÖHL, HAVIA LIBERADO A VENDA DO PRODUTO DE 11 MUNICÍPIOS DA REGIÃO.**



## EMENDAS PARA APOSENTADORIA RURAL

A Frente Parlamentar da Agricultura Familiar tentará reunir assinaturas para apresentar emendas à proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência.

A intenção é excluir os aposentados rurais do projeto, mantendo as atuais regras: aposentadoria aos 55 anos para mulheres e 60 anos para os homens e contribuição sobre a comercialização por 15 anos.

Os deputados também tentarão assegurar a possibilidade de acúmulo da

aposentadoria com pensão em caso de morte do cônjuge. Para emendas, são necessárias no mínimo 171 assinaturas.

Queremos protocolar as emendas assim que a comissão especial for instalada, em fevereiro, se o governo não atropelar o processo antes – afirma Heitor Schuch (PSB-RS), presidente da frente.

A admissibilidade da PEC na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara pode ser votada ainda hoje.

### NO RADAR

**FISCAIS ESTADUAIS agropecuários devem parar as atividades a partir de sexta-feira, até a votação final do pacote de Sartori. A decisão da categoria integra a mobilização de servidores ligados ao Sindicato dos Técnicos Científicos. O principal impacto da greve será nos abatedouros de inspeção estadual e na emissão de guias de trânsito animal (GTAs).**



#### Carne de frango

	Produção	Exportação
<b>2016</b>	<b>12,9 milhões de toneladas</b>	<b>4,39 milhões de toneladas</b>
	<b>↓ -1,8%</b>	<b>↑ 2%</b>
<b>2017</b>	Crescimento de 3% a 5%	Crescimento de 3% a 5%



#### Carne suína

	Produção	Exportação
<b>2016</b>	<b>3,7 milhões de toneladas</b>	<b>720 mil toneladas</b>
	<b>↑ 2,4%</b>	<b>↑ 30%</b>
<b>2017</b>	Crescimento de até 2%	Crescimento de até 5%



#### Ovos

	Produção	Exportação
<b>2016</b>	<b>39,1 bilhões de unidades</b>	<b>10,2 mil toneladas</b>
	<b>↓ -0,8%</b>	<b>↓ -45%</b>
<b>2017</b>	Crescimento de até 2%	Crescimento de até 3%

Com menos proteína animal na mesa dos brasileiros em 2016, por conta da crise financeira e do aumento do desemprego, as indústrias de carnes buscaram no mercado externo a compensação de perdas. No setor de frangos, o acréscimo nos embarques foi tímido, de apenas 2%. Já na carne suína, a alta das exportações chegou a 30%.

– O bom desempenho no mercado externo nos ajudou a reduzir os efeitos do cenário interno, um dos mais difíceis da história recente – destaca Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Até mesmo o mercado de ovos, proteína animal mais barata que vinha crescendo em média 10% ao ano, sofreu recuo. Além da recessão econômica, as indústrias de

produção e, em casos mais extremos, a fecharem unidades.

– A boa notícia é de que boa parte dos empregos foram mantidos. O percentual de demissões ficou em 2%, bem abaixo da média nacional – pondera Turra.

Para 2017, a expectativa é de que a possível recuperação econômica eleve os níveis de consumo, ainda que de forma lenta. A maior aposta para voltar a crescer continuará depositada no mercado externo.

– O nosso status sanitário será um grande trunfo, tendo em vista os focos de influenza aviária detectados em 26 países recentemente – completa o dirigente.

## APETITE MENOR

## EMIÇÃO DE NOTA FISCAL

A Assembleia Legislativa aprovou ontem a equiparação do limite de enquadramento de micro produtor rural ao de microempreendedor. Pelo projeto de lei, do deputado Elton Weber (PSB), o teto de renda anual subirá de R\$ 257 mil para R\$ 432 mil. O agricultor que obtiver a nova classificação ficará isento da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) até 2019. A justificativa é de que a maioria das propriedades não tem condições de cumprir a regra devido a precariedade ou ausência de sinal de telefonia e de internet. A matéria depende de sanção do governador.

A agropecuária, com peso reduzido no Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho no terceiro trimestre do ano, cresceu

**2,1%**

na comparação com igual período de 2015. A principal contribuição, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), veio do desempenho da pecuária.

**CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL**  
CNPJ: 33.582.750/0001-78  
**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - PESSOA JURÍDICA - EXERCÍCIO DE 2017**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, em conjunto com as Federações Estaduais de Agricultura e os Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais com base no Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre a arrecadação da Contribuição Sindical Rural – CSR, em atendimento ao princípio da publicidade e ao espírito do art. 605 da CLT, vêm **NOTIFICAR – CONVOCAR** os produtores rurais, pessoas jurídicas, que possuem imóvel rural, com ou sem empregados e/ou empregadas, a qualquer título, atividade econômica rural, enquadrados como “Empresários” ou “Empregadores Rurais”, nos termos do artigo 1º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c” do citado Decreto-lei, para realizarem o pagamento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Rural, referente ao exercício de 2017, devida por força do Decreto-lei 1.166/71 e dos artigos 578 e seguintes da CLT. O recolhimento da CSR deverá ocorrer, **impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro de 2017**, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária. A falta do recolhimento da Contribuição Sindical Rural – CSR, até a data do vencimento (31 de janeiro de 2017), constituirá o produtor rural em mora e o sujeitará ao pagamento de juros, multa e atualização monetária previstos no artigo 600 da CLT. As guias foram emitidas com base nas informações prestadas pelos contribuintes nas Declarações do Imposto sobre a Propriedade Terrestre Rural – ITR, repassadas à CNA pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, remetidas, por via postal, para os endereços indicados nas respectivas Declarações, com amparo no que estabelece o artigo 17 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e o 8º Termo Aditivo do Convênio celebrado entre a CNA e a SRF. Em caso de perda, extravio ou de não recebimento da Guia de Recolhimento pela via postal, o contribuinte deverá solicitar a emissão da 2ª via, diretamente, à Federação da Agricultura do Estado onde tem domicílio, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento, podendo optar, ainda, pela sua retirada, diretamente, pela internet, no site da CNA: www.canadeprodutor.com.br. Eventual impugnação administrativa contra o lançamento e cobrança da Contribuição Sindical Rural – CSR deverá ser encaminhada, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da guia, para a sede da CNA, situada no **SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício CNA, Brasília - Distrito Federal, Cep: 70.830-021** ou da Federação da Agricultura do seu Estado, podendo ainda, ser enviada via internet no site da CNA: cna@cna.org.br. O sistema sindical rural é composto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, pelas Federações Estaduais de Agricultura e/ou Pecuária e pelos Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais.

**Brasília, 13 de dezembro de 2016.**  
João Martins da Silva Júnior - Presidente da Confederação